

África: oportunidades para empresas brasileiras

Deborah Vieitas e Isabel Aboim

A recente ampliação do movimento de internacionalização das empresas brasileiras, atraídas pela grande disponibilidade de recursos naturais e demanda de obras de infraestrutura, acrescentou um novo foco às relações entre o Brasil e os países africanos. Esse movimento abrange cerca de 25 empresas, presentes em quase 30 países, mas com predominância em Angola e Moçambique, presença essa facilitada pelo idioma comum, assim como na África do Sul, país que conta com a economia mais desenvolvida, o maior mercado consumidor e o ambiente institucional mais favorável do continente.¹

O continente africano vem sofrendo grandes alterações

em seu ambiente político e econômico. De fato, a partir dos anos 90, com o fim da Guerra Fria, a onda de liberalização política que atingiu o leste europeu se reflete também na África. Após um período iniciado com a independência das ex-colônias, nos anos 60, em que o tempo de permanência dos governantes no poder se situava numa média de mais de 20 anos, verifica-se um processo de busca de legitimidade política na maioria dos países, ainda que lento, e eleições multipartidárias começam a se tornar processos mais frequentes, contribuindo para reduzir as tensões sociais. De modo geral, ainda que as dificuldades continuem enormes, observa-se uma melhoria na capacidade de

Deborah Vieitas e Isabel Aboim são presidente e superintendente-RJ, respectivamente, do Banco Caixa Geral (BCG) Brasil, subsidiária da Caixa Geral de Depósitos (CGD), de Portugal.

¹ Dados de Relatório do BNDES. 2012. Fonte: Departamento de Promoção Comercial do Itamaraty.

interlocução institucionalizada nesses países.

Focando mais especificamente nos Países da África de Língua Oficial Portuguesa, os Palops, e em particular em Angola e Moçambique, verifica-se que a estabilidade política é fato relativamente recente. Em Moçambique, apenas em 1992 o governo conseguiu negociar a deposição das armas com os rebeldes da Renamo (Resistência Nacional Moçambicana), guerrilha apoiada pela África do Sul, num processo que durou dois anos até as eleições para presidente em 1994. No caso de Angola, a derrota definitiva da guerrilha do movimento Unita ocorreu apenas em 2002, após a morte de seu líder Jonas Savimbi.

Do ponto de vista econômico, após um longo período de baixo crescimento, com elevado endividamento e baixos preços de *commodities* afetando negativamente os termos de trocas desses países, o continente parece ter entrado em nova fase, estimulado pela elevação dos preços das *commodities*. A “reinvenção da África pelos chineses” caracteriza bem o impacto que o interesse da China por recursos naturais nos últimos anos provocou, não apenas na economia daqueles países, mas também na percepção do resto do mundo sobre o potencial do continente africano. O comércio entre China e África alcançou em 2012 cerca de US\$ 200 bilhões,

um crescimento extraordinário na última década.

Esse quadro também se confirma na África Subsaariana, com uma crescente melhoria no ambiente institucional, não obstante persistam grandes dificuldades no ambiente de negócios desses países, a exemplo das recentes disputas envolvendo empresas petrolíferas em alguns países da região.

Os dois principais eixos de dinamismo das economias africanas são a produção de *commodities* para exportação e o desenvolvimento da infraestrutura, com grandes projetos concentrados em energia e logística. Pode-se acrescentar ainda um elevado potencial para agricultura, amparado na disponibilidade de recursos hídricos na região e um mercado consumidor promissor, embora ainda pequeno e pouco sofisticado.

A integração logística e de telecomunicações do continente africano é um enorme desafio. Trata-se de um continente fragmentado, caracterizado pelo isolamento entre regiões, países e mesmo internamente, entre divisões de um mesmo país. Daí a necessidade urgente de grandes obras de infraestrutura logística e geração, transmissão e distribuição de energia. Do ponto de vista do potencial exportador, essa carência de estradas, portos, ferrovias e aeroportos, além

de dificultar o escoamento de *commodities*, prejudica, no caso da indústria, o aproveitamento de oportunidades de participação nas Cadeias Globais de Valor (CGV),² a exemplo dos países asiáticos de baixa renda.

Em termos de Ambiente de Negócios, o *ranking* do Banco Mundial para 2012 classifica a África do Sul em 39º, Moçambique em 146º e Angola em 172º lugar de um total de 183 países.

A PRESENÇA DE BRASIL E DA CHINA NA ÁFRICA

As relações comerciais do Brasil com a África, embora em 2010 ainda representassem apenas 5,3% do comércio global brasileiro, têm evoluído significativamente, passando de US\$ 4 bilhões em 2000 a US\$ 20 bilhões em 2010. Esse fluxo de comércio é bastante concentrado na região Subsaariana que, no mesmo período, apresentou crescimento de US\$ 2 bilhões a US\$ 12 bilhões.³

Em termos de investimento brasileiro, várias empresas têm conseguido desenvolver bases de negócios na África Subsaariana. Existem grandes projetos na área de mineração, conduzidos pela Vale; a Petrobras tem hoje uma atuação importante na exploração de petróleo no oeste da África, notadamente em Angola e na Nigéria, (produzindo uma média

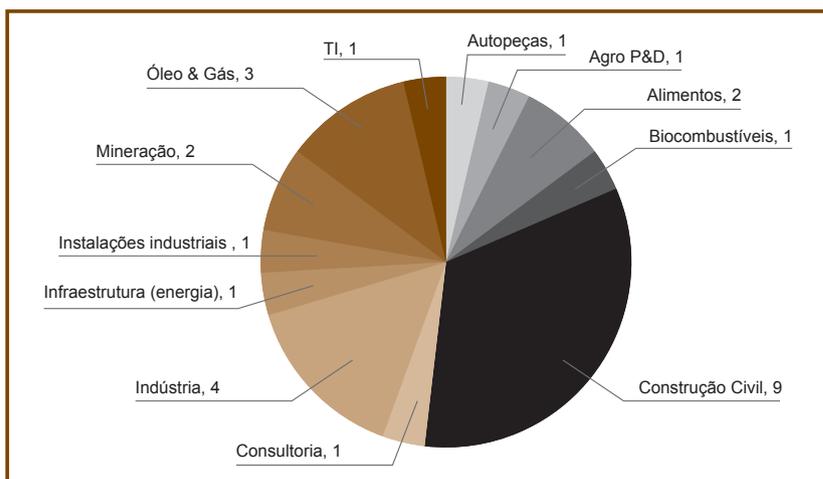
² Conforme reportagem do *Financial Times* de 03.06.13, recentemente uma das maiores fabricantes de calçados da China causou surpresa ao abrir uma unidade na África (Etiópia) em um movimento por redução de custos de mão-de-obra somado ao baixo custo de energia e tarifas preferenciais que a Etiópia possui para acessar os mercados americano e europeu — proporcionando uma vantagem que pode chegar a 27,5% sobre os produtos manufaturados na China. O grande obstáculo é a questão logística.

³ *Bridging the Atlantic: Brazil and Sub-Saharan Africa, South-South Partnering for Growth*. 2011.

de 53 mil barris/dia de óleo, quase 40% da sua produção no exterior).

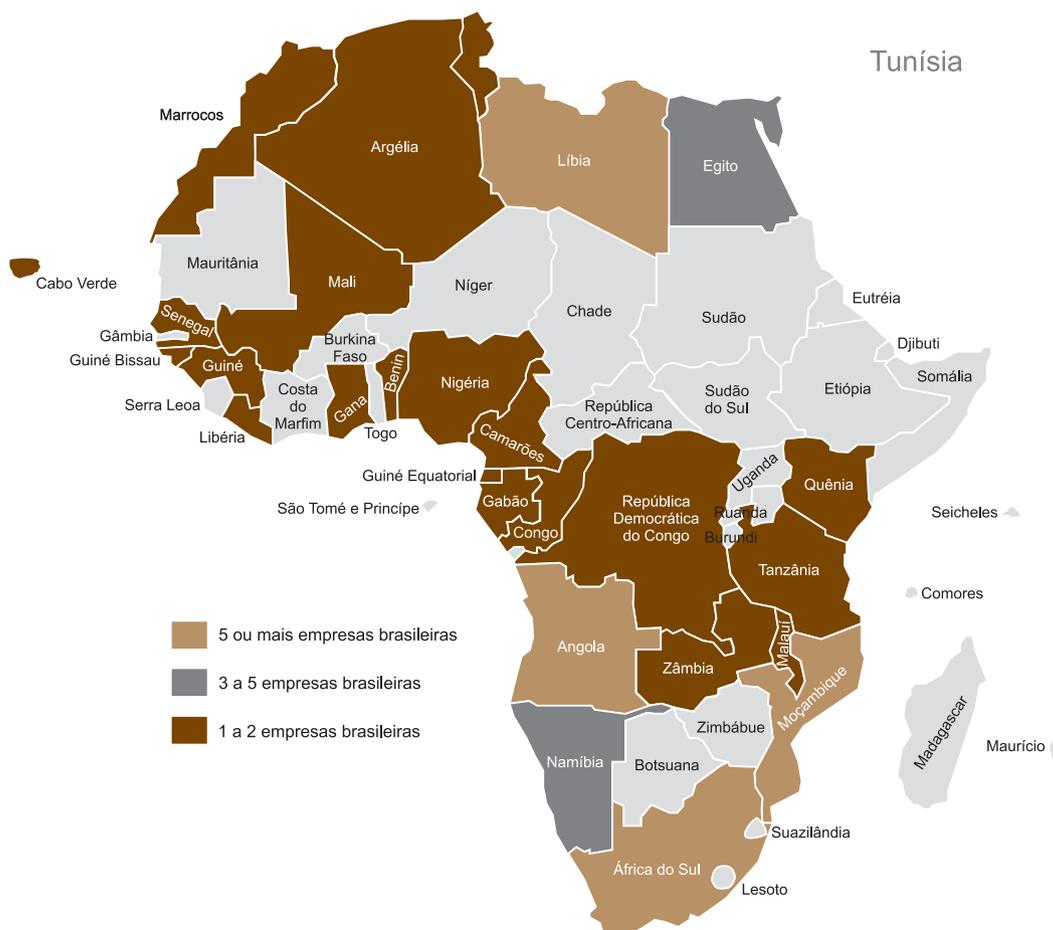
Dadas as dificuldades institucionais e logísticas de concretização de negócios nesses países, o investimento direto brasileiro na África ainda é muito concentrado em grandes empresas, principalmente Petrobras, Vale e grandes construtoras. Mais recentemente, os grandes projetos desenvolvidos por essas empresas têm atraído também um segmento de firmas de menor porte, oriundas das respectivas cadeias de fornecedores.

Gráfico 1
DISTRIBUIÇÃO SETORIAL DAS EMPRESAS BRASILEIRAS NA ÁFRICA



Fonte: DEINT/AINT - BNDES.

Figura 1
PAÍSES AFRICANOS COM PRESENÇA DE EMPRESAS BRASILEIRAS



Fonte: DEINT/AINT - BNDES.

No entanto, a presença da China é dominante, tendo ultrapassado os EUA como principal parceiro econômico do continente africano em 2009. O investimento chinês no continente aumentou 30 vezes em sete anos, entre 2005 e 2011, com um volume de comércio total da ordem de US\$ 166 bilhões em 2011 (ante US\$ 95 bilhões dos Estados Unidos no mesmo período), segundo declaração recente do Ministério do Comércio chinês.

No período de 2001 a 2010, os empréstimos concedidos pelo China Exim Bank para a economia africana foram estimados em US\$ 67,2 bilhões, contra US\$ 54,7 bilhões do Banco Mundial. Além da África do Sul, os investimentos e créditos chineses estão concentrados na Nigéria, Zâmbia, República Democrática do Congo e Angola.

A China, com seu interesse em recursos naturais, diferentemente das agências de fomento americanas, europeias e japonesas, tem adotado uma postura estritamente comercial, sem condicionantes sócio-ambientais, e provido financiamentos abundantes aos países africanos.

No entanto, apesar do enorme volume de capital investido, a presença da China no continente é percebida com restrições. A mão de obra empregada é na quase totalidade chinesa, ao contrário do modelo de negócios das

empresas brasileiras que tendem a contratar um elevado número de trabalhadores locais. Segundo relatório do Banco Mundial e Ipea, a Odebrecht é hoje o maior empregador privado em Angola.⁴

Outra diferença a destacar entre o modelo chinês e o brasileiro seria a forma planejada e integrada da atuação chinesa, com forte apoio governamental e pacotes que incluem a exploração de recursos naturais, geralmente atrelada a um contrato de compra desses recursos, seu apoio logístico e financiamento abundante. No caso brasileiro, por se tratar de modo geral de iniciativas privadas, é um modelo de investimentos não coordenados, condicionados por considerações de risco comercial e risco soberano, ainda que contando com apoio do BNDES e do governo para os financiamentos.

Finalmente, alguns dos projetos realizados por companhias brasileiras, por serem de porte elevado relativamente às economias locais, recebem demandas da população e dos governos de serviços tipicamente estatais. Em algumas áreas mais remotas, a atuação dessas empresas pode ser percebida como *proxy* da atuação estatal e o cuidado com o risco de imagem do empreendimento é importante. A concentração na utilização de mão de obra local tem gerado externalidades positivas para as comunidades desses países — empresas brasileiras

como a Vale e a Odebrecht têm fortes incentivos a desenvolver projetos de qualificação de mão de obra, ocasionalmente em parceria com o SENAI, e a construir escolas, habitação, hospitais e postos de saúde para os trabalhadores.

AS FONTES DE FINANCIAMENTO NA ÁFRICA

Os mercados de capitais nos países da África são praticamente inexistentes e o sistema bancário relativamente pouco desenvolvido. O índice de bancarização é baixo, na África como um todo. A presença de organismos multilaterais de financiamento é, contudo, relevante, e há também uma extensa, porém de modo geral pouco capitalizada, rede de agências e bancos de fomento africanos.

Organismos multilaterais e agências governamentais internacionais

Em todo continente africano, há uma forte presença de organismos multilaterais, a exemplo do Banco Mundial, International Finance Corporation (IFC), Miga, Banco Europeu de Investimentos e também de agências governamentais internacionais, funcionando tanto como financiadores como doadores de recursos.

As principais dificuldades para o acesso desses países às linhas

⁴ *Bridging the Atlantic: Brazil and Sub-Saharan Africa, South-South Partnering for Growth*. 2011.

As relações Brasil-África são hoje prioridade do governo brasileiro

de financiamentos de órgãos e agências internacionais são relacionadas à disponibilidade de garantias, tanto comerciais como para risco soberano, seguro de crédito com custo elevado, questões ambientais e questões de *compliance*, como é o caso de alguns países que sofrem restrições para o apoio de organismos multilaterais. Questões ambientais também podem se constituir em obstáculos ao acesso a recursos dessas instituições. Recentemente, o governo Obama anunciou aumento das restrições ao financiamento de térmicas a base de carvão por parte do Banco Mundial, IFC, e possivelmente também por parte do US Eximbank.

Com relação a garantias, vale destacar que, em julho de 2013, a Miga, instituição do grupo Banco Mundial responsável pelo seguro de risco político, anunciou a cobertura do risco soberano de Angola no projeto de expansão da hidrelétrica da Cambembe, no rio Kwanza, no valor de US\$ 512 milhões, pelo prazo de 13 anos. A construtora contratada para a obra foi a Odebrecht e US\$ 300 milhões foram obtidos junto a bancos privados internacionais.

Bancos de fomento africanos

O número de instituições financeiras de fomento atuando nos 53 países do continente africano é significativo. Essa rede resulta de um quadro de sistemas bancários privados

pouco desenvolvidos e da quase inexistência de mercados de capitais nos diversos países, à exceção da África do Sul. A lista de membros da Associação das Instituições Financeiras de Desenvolvimento Africanas (AADFI) contempla 73 nomes. Destes, vale destacar o Banco de Desenvolvimento Africano (AFD), criado em 1964 e que tem hoje 53 países africanos como acionistas.

Financiamento brasileiro

As relações Brasil-África são hoje prioridade do governo brasileiro.

O Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), como principal provedor de recursos de longo prazo no país, é também a principal instituição para o suporte financeiro ao Investimento Direto Externo (IDE) e às exportações de bens e serviços brasileiros, por intermédio do Programa BNDES-Exim.

O governo brasileiro apoia as exportações por intermédio do Programa de Financiamento às Exportações (PROEX), gerido pelo Banco do Brasil, com *funding* do Tesouro Nacional, em três modalidades:

- i) Financiamento PROEX Pós-Embarque: modalidade financeira de apoio na fase de comercialização, para pagamento à vista ao exportador com recursos financeiros obtidos junto ao Tesouro Nacional.

Esta modalidade de apoio está direcionada principalmente às empresas com faturamento bruto anual de até R\$ 600 milhões.

- ii) Financiamento à Produção Exportável — PROEX Pré-Embarque: tem como objetivo financiar a produção de bens e serviços destinados à exportação.
- iii) Equalização de Taxas de Juros: o PROEX assume parte dos encargos financeiros nos financiamentos concedidos por instituições financeiras, através do pagamento de equalização, tornando os encargos financeiros compatíveis com os praticados no mercado internacional.

Especificamente com relação ao BNDES, no caso de IDE, sua atuação abrange os investimentos elegíveis à construção, aquisição, ampliação ou modernização de unidades industriais ou de serviços. No caso de exportações, os itens financiáveis são produtos industrializados e os serviços relacionados com essas exportações, e serviços de engenharia/construção civil e *software*.

O apoio ao comércio exterior pode se dar no financiamento do capital de giro necessário à produção dos bens a serem exportados (pré-embarque) ou no financiamento à comercialização (pós-embarque) nas modalidades

supplier's (mediante desconto de títulos de crédito ou cessão de carta de crédito) e *buyer's credit*.

As condições ofertadas são padronizadas, mas o custo varia conforme a avaliação de risco do projeto. Em termos de garantias, o BNDES atua basicamente em parceria com bancos credenciados a fornecer aval, fiança ou carta de crédito nas operações de exportação, garantias de organismos multilaterais e o seguro de crédito à exportação, com lastro no Fundo de Garantia à Exportação (FGE), vinculado ao Ministério da Fazenda, que tem como finalidade dar cobertura às garantias prestadas pela União.

Cabe à Seguradora Brasileira de Crédito à Exportação (SBCE), companhia privada constituída com a finalidade de atuar na área de Seguro de Crédito à Exportação, contratada pela União, a prestação de serviço de análise de risco das operações de médio e longo prazos, amparadas pelo FGE, caracterizadas por exportações financiadas com prazos de pagamentos superiores a dois anos e, em geral, relacionadas a projetos envolvendo bens de capital, estudos e serviços ou contratos com características especiais.

O Comitê de Financiamento e Garantia das Exportações (Cofig), colegiado integrante da Câmara de Comércio Exterior (Camex), do Conselho de Governo, é responsável pelo enquadramento

e acompanhamento das operações do PROEX e do FGE, estabelecendo os parâmetros e condições para concessão de assistência financeira às exportações e de prestação de garantia da União.⁵

Para operações de menor porte, existem ainda as linhas do BNDES-Exim automático, efetuadas por intermédio de agentes credenciados nos países africanos. Nesse caso, trata-se de linhas de até cinco anos, com custo de Libor mais um *spread* de risco país variando entre 40 e 120 bps, remuneração do banco credenciado no exterior, encargo do BNDES de 0,3% *flat* e comissão de um banco que atue como agente mandatário no Brasil.

Finalmente, em casos de financiamentos a projetos, o FGE pode ainda exigir mecanismos mitigadores de risco tais como uma conta-garantia, acumulando recursos para o pagamento de 3 a 6 parcelas de juros e amortizações, depositadas numa *escrow-account* num terceiro país.

ANGOLA E MOÇAMBIQUE

As relações entre Brasil e África são históricas, em especial com Angola e Moçambique, países com os quais o Brasil compartilha identidade cultural decorrente da colonização por Portugal. O idioma comum é um enorme facilitador de negócios na região.

⁵ Na América Latina, pode haver ainda a cobertura do Convênio de Crédito Recíproco (CCR). No caso específico de Angola, as operações são ainda amparadas por um protocolo de entendimentos entre o Brasil e aquele país.

A economia de Angola é fortemente concentrada na exploração de petróleo, com uma produção de mais de 1,8 milhões de barris/dia

Angola

Como os demais países da África Subsaariana, Angola tem apresentado uma boa performance econômica nos anos recentes.

Segundo relatório do Banco Nacional de Angola (BNA), o PIB de Angola vem crescendo a taxas expressivas, da ordem de 8,9% em 2011, atingindo cerca US\$ 126 bilhões em 2012. País com enormes riquezas naturais, mas ainda desafiador do ponto de vista institucional, Angola tem atualmente cerca de 20 milhões de habitantes. A inflação vem desacelerando, da faixa de 13 a 15% a.a. em 2009 e 2010, encontrando-se em torno de 9% a.a. desde a segunda metade de 2012. As previsões do FMI para o país em 2013 são favoráveis, apesar do ambiente internacional incerto, com o crescimento do investimento em infraestrutura dinamizando a economia.

A economia é fortemente concentrada na exploração de petróleo, com uma produção de mais de 1,8 milhões de barris/dia.

As exportações do país são também ainda fortemente concentradas em petróleo. Em 2011, segundo o BNA, de um total exportado de US\$ 67,3 bilhões o setor petrolífero foi responsável por US\$ 65,6 bilhões, dos quais US\$ 64,5 bilhões em petróleo bruto.

Os principais parceiros comerciais de Angola são hoje, em termos de exportações, a

China (47%), Estados Unidos (25%) e Europa (10%); do lado das importações, destacam-se Portugal (20%), China (14%) e EUA (9%).

O sistema de financiamento local

O sistema financeiro angolano está atravessando uma fase de enorme expectativa quanto ao impacto da Lei nº 02/12, de 13.01.2012 (LRCPs), que deverá trazer profundas mudanças no regime cambial aplicável ao setor petrolífero, em transição que se iniciou em maio de 2012 e deverá estar concluída até outubro de 2013.

Por essa lei, todas as operações associadas à atividade petrolífera, até então transacionadas *off-shore*, passam a ser obrigatoriamente internadas e transacionadas por instituições financeiras bancárias no país. Anteriormente, os pagamentos a fornecedores não residentes podiam ser efetuados diretamente em moeda estrangeira por intermédio de bancos internacionais. As empresas petrolíferas, inclusive a angolana Sonangol, passam a ser obrigadas a abrir contas em bancos no país e efetuar todos os pagamentos e recolhimentos de tributos através da rede local. Agora, pagamentos em moeda estrangeira serão efetuados apenas a não residentes e a partir de bancos angolanos. Com isso, o BNA espera reduzir a dolarização da economia, fortalecendo a moeda local, o Kwanza, elevando a arrecadação de impostos e

umentando a liquidez do sistema financeiro angolano. Embora as expectativas quanto aos volumes em questão sejam díspares, a estimativa do BNA é de que já em 2013 o fluxo de recursos no país aumente em US\$ 32 bilhões e US\$ 70 bilhões em 2014.

A expectativa é que esse crescimento na liquidez dos bancos propicie o aumento do volume de crédito na economia, estimulando sua diversificação para outros setores. Em 2012, o volume de depósitos do sistema bancário alcançou Kz 4.000 bilhões, crédito de Kz 3.750 bilhões (taxa de inadimplência de 6,8%) e os ativos do sistema foram da ordem de Kz 6.301 bilhões.⁶

Embora a bancarização seja ainda muito baixa, o número de agências bancárias vem crescendo aceleradamente, passando de 670, em 2009, a 991 em 2011, com aumento da dispersão geográfica, não obstante a cidade de Luanda ainda concentre quase metade das agências.

Em 2012, as taxas de juros para empréstimos corporativos com prazos acima de um ano, situavam-se nas faixas de 18% a.a. para operações em moeda local e de 10% a.a. para operações em moeda estrangeira, segundo o relatório *Angola Bank Outlook* de abril 2012, da Goldman Sachs.

Finalmente, o desenvolvimento de um Mercado de Capitais

doméstico é ainda um projeto, com o início de funcionamento da Bolsa de Valores local previsto somente para 2016.

Principais projetos de empresas brasileiras em Angola

A indústria brasileira de serviços de engenharia, representada principalmente pelas construtoras Norberto Odebrecht, Andrade Gutierrez, Camargo Corrêa, Queiroz Galvão e EMSA, também tem ampliado a sua presença na África, com destaque para Angola e Moçambique. Em Angola, inúmeros projetos de infraestrutura têm sido desenvolvidos, geralmente apoiados por financiamento do BNDES, e quase todos contratados junto ao governo de Angola com base em cinco linhas de crédito amparadas por protocolos entre os governos dos dois países. Essas linhas de crédito totalizam US\$ 5,2 bilhões, com desembolsos já efetuados no período de 2007 a 2012 no montante de US\$ 2,7 bilhões, para uma carteira de 93 operações no país. Esse valor corresponde a 94,5% do total desembolsado pelo BNDES para o continente africano, até o momento. Além de projetos de grande porte, o BNDES financiou ainda pequenos investimentos tais como a construção da Escola Nacional de Administração (Enad) e de um Centro de Formação Tecnológica e a exportação de equipamentos para bombeiros pela Nigata Comércio Internacional.

Listamos a seguir alguns dos principais projetos desenvolvidos por empresas brasileiras no país, muitos dos quais financiados pelo BNDES:

- **Petrobras:** presente em diversos países, tanto na exploração de petróleo, por intermédio da sua controlada Petrobras Internacional Braspetro B.V. (PIBBV), quanto em biocombustíveis. Em Angola desde 1980, a Petrobras é sócia em seis blocos de petróleo, quatro dos quais a partir de 2006, quando tornou-se também operadora de três desses blocos. Em junho 2013, anunciou a formação de uma *joint-venture* com o Banco BTG Pactual, mediante a venda de metade de seus ativos no continente, pelo valor de US\$ 1,5 bilhões, para a exploração de óleo e gás na África em operação que irá envolver sucursais localizadas em Angola, Benin, Gabão e Namíbia, e as subsidiárias *Brasoil Oil Services Company* (Nigeria Ltd.), *Petróleo Brasileiro Nigeria Ltd.* e *Petrobras Tanzania Ltd.*
- **Vale:** presente em nove países no continente africano, atua em Angola desde 2005. Possui uma *joint-venture* com a empresa angolana Genius, para desenvolvimento mineral e de pesquisas, com destaque para níquel e cobre.
- **Andrade Gutierrez:** iniciou atividades em Angola em 2005 e atua na África por intermédio

⁶ Taxa de câmbio Kwanza/USD em dezembro 2012: 96,00/1,00.

da Zagope Construções e Engenharia, subsidiária sediada em Portugal, o que lhe permite acessar financiamentos de organismos da União Europeia. A empresa realizou a construção de várias estradas e rodovias urbanas, assim como a construção da via expressa entre Luanda e Viana, que servirá o futuro Aeroporto Internacional de Luanda. Atualmente, executa a reabilitação e ampliação do Aeroporto Internacional de Lubango, orçado em US\$ 99 milhões. Em 2011, a AG obteve extensões de alguns dos contratos existentes e a reabilitação do Terminal de Contêineres do Porto de Luanda.

- **Camargo Corrêa:** a construtora está presente na África desde 2005, quando inaugurou escritório comercial em Angola. Participa da construção da linha de transmissão Uige-Maquela (200 km). No segmento de cimentos, possui uma parceria com o grupo português Escom e o angolano Gema, a Palanca Cimentos, construindo uma unidade de produção na província de Benguela, cujo investimento monta a US\$ 400 milhões. A produção anual deverá atingir 1,6 milhão de toneladas de cimento.
- **Odebrecht:** presente no continente africano desde 1984, com a construção da usina Hidrelétrica de Capanda, na Província de Malange. A empresa possui hoje cerca de 25 contratos em andamento no país, atuando em infraestrutura,

como as obras do sistema viário de Luanda e da província de Benguela, e nos segmentos imobiliário, de bioenergia, mineração, agronegócios, energia e projetos especiais. Em 2010, foi contratada para a construção da hidrelétrica de Cambambe, no rio Kwanza, projeto que, na sua etapa de expansão, contou com a garantia de risco soberano concedida pela MIGA, agência do grupo Banco Mundial, além de financiamento para as exportações brasileiras através do BNDES. De acordo com a MIGA, apenas 30% da população de Angola tem hoje acesso a energia elétrica e esse projeto deverá aumentar a capacidade de produção de energia no país, atualmente de 1.500 megawatts, em mais de 30%.

Uma das empresas do grupo, a Odebrecht Agroindustrial, possui 40% das ações da Companhia de Bioenergia de Angola, Biocom, em parceria com o grupo angolano Damer (40%) e a estatal petrolífera Sonangol (20%). A empresa está estabelecida na província de Malange com o objetivo de produzir 30 milhões de litros de etanol, 260 mil toneladas de açúcar e 140 GWh de eletricidade.

É interessante notar que a rede de supermercados Nosso Super, criada a partir de uma parceria entre o governo angolano e a Odebrecht, detinha, em 2011, parcela de 68% das vendas do setor, tendo faturado com

suas 37 lojas cerca de US\$ 184 milhões.

- **Engevix:** presente na África desde 2005 com a criação da Engevix Angola, uma parceria com o grupo angolano Genius (50% cada). A empresa executa projetos na área de engenharia ambiental, distribuição e geração de energia elétrica, e setores de petróleo e gás. Elaborou os projetos de engenharia elétrica para a usina hidrelétrica de Cambambe, em Cuanza Norte.
- **Fidens:** primeiro projeto na África em 2009, com a pavimentação da pista do aeroporto de Catoca, província de Luanda Sul.
- **Asperbras:** o grupo possui forte presença em Angola. Participa da instalação de indústrias na Zona Econômica Especial (ZEE), em Viana e no distrito do Catete, além das cidades de Huambo, Negage, M'Banza Congo, entre outras. Atua ainda nos segmentos de construção civil e condomínios residenciais, sistemas de irrigação, comercialização de veículos, etc.
- **Queiroz Galvão:** desde 2005, a empresa atua no mercado imobiliário, construção e reabilitação de estradas, além de manter um estaleiro e um escritório administrativo com cerca de 3.000 funcionários, entre brasileiros e angolanos.
- **Stefanini:** atua desde 2004 no segmento de Tecnologia da Informação.

Moçambique

Com uma população da ordem de 20 milhões de habitantes, PIB de US\$ 26 bilhões em 2012, e crescimento estimado pelo IFC para 2013 da ordem de 7%, o país vem sendo alvo de grandes projetos transformadores, concentrados principalmente na indústria de extração de recursos naturais e energia. Para os próximos anos, a exploração de enormes reservas de carvão e da gigantesca reserva de gás da Bacia de Rovuma devem transformar o país.

Região de alto potencial de negócios, ricas em recursos naturais, Moçambique destaca-se ainda pela localização estratégica, com portos como o de Nacala, voltados para o Oceano Índico, rota para China e Índia, com grande potencial para abrigar navios de grande calado, que poderão no futuro propiciar o intercâmbio comercial não apenas de Moçambique, mas também dos demais países da região tais como Malawi, Zâmbia e República do Congo.

A disponibilidade de recursos hídricos é outro fator importante, propiciando a construção de hidroelétricas com forte excedente exportável para a África do Sul e com potencial para dinamizar a economia a partir da agricultura.

Embora seja um dos países mais pobres do continente africano, possui reconhecidamente um aparato institucional mais

favorável para investimentos comparativamente à maior parte dos países da região.

Em Moçambique, a aprovação dos projetos de investimento é coordenada pelo Centro de Promoção de Investimentos (CPI), que em 2010 anunciou a aprovação do valor total de US\$ 3,1 bilhões em 234 projetos, dos quais 32% do setor industrial, 19% serviços, 17% hotelaria e turismo, 16% agricultura, 4% em transportes e comunicações e um projeto em energia que se destaca em termos de valor (66%). Trata-se da barragem hidroelétrica de Mphanda Nkuwa, na província de Tete, com capacidade prevista de 1500 MW, aumentando significativamente a capacidade de geração de eletricidade de Moçambique.⁷

No que tange ao IDE, o Brasil tem tido um papel de destaque no país. Segundo estudo da KPMG, em 2010 o Brasil representou 42,5% dos investimentos, seguido por Ilhas Maurício com 22,1%, Portugal (11,4%), Suíça, (4,9%), África do Sul (4,7%), Irlanda (3,7%), Holanda (3,2%), Reino Unido (3,15), Kuwait (0,9%) e Outros (3,5%). Segundo o Banco de Moçambique, em 2012 o IDE situou-se na faixa de US\$ 5,2 bilhões, o dobro do verificado em 2011.

No que diz respeito à balança comercial, a pauta de exportações de Moçambique, em 2010, foi concentrada em alguns poucos grandes

empreendimentos: alumínio — projeto Mozal (40% — US\$ 840 milhões), energia elétrica — exportação de energia a partir da hidroelétrica de Cahora Bassa para a África do Sul (13% — US\$ 220 milhões), tabaco (8%), gás e camarão, castanha de caju, algodão, madeira e açúcar. Os principais destinos das exportações são a África do Sul (35%) e União Europeia (16%), com Espanha e Portugal sendo os destinos mais importantes. Outros países da África Austral (SADC) respondem por 13%.

No caso das importações, em 2010 os principais produtos foram maquinaria e equipamentos, veículos, combustíveis, produtos químicos, produtos metálicos e produtos alimentares. Os principais parceiros de importação incluem a África do Sul (36% do total), União Europeia (24%), Zimbábue, Índia e China.

Os mega-projetos

Segundo relatório do FMI, a economia moçambicana tem potencial para se transformar radicalmente nos próximos anos, devido a dois fatores:

- i) Existem mais de 32 bilhões de toneladas de reservas de carvão confirmadas em Moçambique, o que torna o país um dos principais exportadores do mundo (a produção mundial de carvão em 2011 foi de 7,7 bilhões de toneladas, metade consumida pela China).

⁷ Relatório KPMG XIII. 2011.

ii) Gigantescas reservas de gás confirmadas na Bacia de Rovuma montam a 130 trilhões de pés cúbicos (comparáveis à da Noruega).

Ainda segundo o Relatório do FMI, seis mega-projetos operam atualmente em Moçambique:

(i) Hidrelétrica de Cahora Bassa; (ii) Mozal alumínio; (iii) Sason *on-shore* – gás natural; (iv) Kenmare – areias pesadas; (v) Vale – mina de carvão de Moatize; e (vi) Rio Tinto – mina de carvão.

Ao longo dos próximos anos, de 2016 a 2020, devem entrar em operação os seguintes projetos:

1. JSPL e Beacon Hill – exploração de carvão
2. Exploração de óleo e gás *off-shore* pelas companhias Anadarko, ENI, Statoil, e Petronas.
3. Hidrelétrica de Mphanda Nkuwa (60 km abaixo de Cahora Bassa) e linhas de transmissão para distribuição doméstica e exportação de energia para a África do Sul.
4. Exploração de areias pesadas ao sul de Moçambique.

Empresas brasileiras em Moçambique

Em Moçambique, as empresas brasileiras têm se concentrado nos segmentos de exploração e produção de petróleo e gás, mineração, agroindústria (P&D) e construção civil. Destacam-se

a Vale e a indústria brasileira de serviços de engenharia, representada principalmente pelas construtoras, e a Embrapa. Alguns desses projetos contam com financiamento do BNDES, por intermédio de seu programa BNDES-Exim.

Destacam-se, a seguir, os principais projetos de empresas brasileiras no país:

Petróleo e gás

- **Petrobras:** presente no país através da Petrobras Biocombustível. A empresa é sócia da Guarani, grupo sucroalcooleiro controlado pela Tereos Internacional e que conta com 31,4% de participação da Petrobras, em uma usina de açúcar no país (a Companhia de Sena), com moagem de 1,2 milhão de toneladas de cana por ano. Em dezembro de 2011, a Petrobras Biocombustível e a Guarani assinaram com a estatal Petróleos de Moçambique (Petromoc) um protocolo de intenções para produzir e comercializar etanol feito a partir de melaço, um subproduto do açúcar.

Mineração

- **Vale:** presente em Moçambique desde 2004. O ativo mais importante no país é a mina de carvão de Moatize, com reservas comprovadas de mais de 1 bilhão de toneladas. A Vale detém a concessão desde

2007 e começou a produzir plenamente em junho de 2011. A companhia prevê investimentos de US\$ 2 bilhões na mina de Moatize até 2014. Além do investimento na exploração, a Vale adquiriu 51% da Sociedade de Desenvolvimento do Corredor Norte S.A., com o objetivo de expandir o corredor ferroviário de Nacala. A linha férrea e o porto foram orçados em US\$ 4,4 bilhões (incluindo um projeto logístico de ferrovia passando pelo Malauí, para escoamento da mina de carvão de Moatize). Desde 2010, a empresa também já investiu, por meio da Fundação Vale, cerca de US\$ 170 milhões em projetos na região de Moatize. A Vale ainda estuda a viabilidade em Evate, para a exploração de rocha fosfática.

Como parte do compromisso de indigenização (semelhante à política de *Black Economic Empowerment*, adotada pela África do Sul) junto ao governo de Moçambique, a Vale estuda a colocação de ações da subsidiária local no mercado de capitais doméstico moçambicano.

Construção civil

- **Odebrecht:**⁸ responsável pela construção, para a Vale, da infraestrutura do projeto da mina de carvão a céu aberto, em Moatize, na Província de Tete.

⁸ Entre 1995 e 1996, a Construtora Norberto Odebrecht participou da recuperação da Rodovia Inchope-Machipanda, em Moçambique, retornando a Moçambique em 2005.

Estão incluídas estradas e obras civis, além da execução de uma usina de beneficiamento de carvão mineral. O contrato prevê a recuperação de ferrovias próximas à mina, a ampliação do porto de Beira e a construção de uma usina termelétrica.

Em 2011, a Odebrecht International foi contratada para a transformação da base aérea de Nacala em aeroporto internacional, que inclui a construção da torre de controle e terminais de passageiros e de carga, além da repavimentação da pista de pouso, que ficará com 3.400 metros de comprimento.

- **Andrade Gutierrez:** iniciou atividades em Moçambique em 2009, incentivada pela parceria com a Vale. A empresa participa da construção do Porto de Nacala, para o escoamento de carvão da Vale, na Barragem Moamba Major, e da obra de reabilitação de 230 km de estradas na Província de Cabo Delgado.
- **Camargo Corrêa:** presente em Moçambique desde 2006. Atualmente, participa juntamente com Insitec e Eletricidade de Moçambique (EDM) da construção da usina hidrelétrica Mphanda Nkuwa, no Rio Zambeze, com capacidade de geração de 1.500 MW. Desenvolve também o projeto da mina de carvão da Vale em Moatize, envolvendo a extração de

12 milhões de toneladas/ano de carvão, com mineração a céu aberto.

Em junho de 2010, a Camargo Corrêa Cimentos adquiriu a fábrica de cimentos Cinac, sediada em Nacala, importante região portuária no Oceano Índico, com capacidade de produção de 350 mil toneladas/ano.

Finalmente, a empresa de origem portuguesa Cimpor Cimentos de Portugal, da qual a InterCement (*holding* da Camargo Corrêa Cimentos) passou a deter 98% em junho 2012, possui unidades de produção em Moçambique, além da África do Sul, Cabo Verde e Egito.

- **Galvão Engenharia:** atua no continente africano buscando a prospecção de negócios através de sucursal em Moçambique (Maputo), instalada em 2009. Na África, o foco da empresa está concentrado na prestação de serviços nas áreas de saneamento, energia e infraestrutura de transportes (rodoviária, aeroviária, portuária e ferroviária).
- **OAS:** presente no continente africano com prospecção de negócios e desenvolvimento de projetos em Moçambique, Angola, Congo e Líbia.

Consultoria

- **Diagonal Consultoria:** realizou seu primeiro investimento direto no

continente africano em 2009, com a implantação de uma empresa em Moçambique para prestar assessoria à Fundação Vale no desenvolvimento do modelo de gestão socioambiental do Projeto de Moatize nas fases de estudo de viabilidade, projeto, implantação e operação.

Pesquisa e desenvolvimento científico-agricultura

- **Embrapa:** a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa) colabora com o governo moçambicano em três programas de cooperação técnica: Plataforma (de inovação agrária), ProSavana (para desenvolvimento da agricultura no Corredor de Nacala), e ProAlimentos (para apoio técnico em nutrição e segurança alimentar).

Saúde

- **Fiocruz:** em 2008 a Fiocruz inaugurou em Maputo o seu primeiro escritório internacional, com investimento estimado até 2014 da ordem de US\$ 21 milhões. O objetivo é a cooperação entre os dois países mediante a instalação de uma fábrica de medicamentos e transferência de tecnologia.

Sistema financeiro local

O sistema bancário moçambicano é bastante concentrado, com os três maiores bancos detendo 85% dos ativos do sistema.

A liderança do setor pertence ao Millennium BIM com ativos de US\$ 1.6 bilhões, seguido pelo BCI, banco do grupo estatal português Caixa Geral de Depósitos (CGD), com US\$ 1.5 bilhão e Standard Bank, com US\$ 0,9 bilhão.⁹

O aumento da demanda por recursos e serviços financeiros tem contribuído para o crescimento do sistema financeiro moçambicano. Em 2010, o volume de negócios das empresas do setor financeiro alcançou cerca de 17 bilhões de meticais (em torno de US\$ 550 milhões).¹⁰

Observa-se uma bancarização crescente no país — além do ingresso de novas instituições, verifica-se o aumento no número de agências (de 228 em 2005 a 502 em 2012). O setor apresenta margens elevadas e taxas de juros para empréstimos de um ano em torno de 20% a.a.¹¹ Ainda assim, segundo o FMI, o valor do crédito/PIB evoluiu de 13,2 % em 2005 a 28,8% em 2012.

O mercado de capitais moçambicano é ainda praticamente inexistente.

O mercado de microcrédito tem apresentado crescimento, contando com oito instituições e um crédito total de US\$ 45 milhões em 2011, com impacto relevante no setor agrícola, segundo artigo da Wharton School.¹²

Tabela 1
PRINCIPAIS INSTITUIÇÕES BANCÁRIAS (MILHÕES DE METICAIS)

Colocação	Banco	Ativos	Receita
1	Banco Internacional de Moçambique (BIM)	54.326	6.560
2	Banco Comercial e de Investimentos (BCI)	47.088	3.220
3	Standard Bank	32.130	2.857
4	Barclays Bank Moçambique	12.877	1.548
5	Banco Procredit	1.600	546

Obs.: Taxa metical/USD: 33,00.

As oscilações da moeda local, o Metical, são motivo de preocupação para as empresas contratadas para a prestação de serviços no país, de vez que não existe um mercado de derivativos que permita a proteção dos riscos cambiais.

O Banco de Moçambique tem buscado mecanismos e efetuado intervenções objetivando uma maior estabilidade da moeda, tendo aprovado, em dezembro de 2012, o decreto 83/2010 que consagra a liberalização das transações correntes no país.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Tendo a arquitetura financeira e política do mundo se alterado significativamente nos últimos dez anos, Brasil, China, Rússia, Índia e África do Sul (os BRICS) entre outros países emergentes, vêm desempenhando um papel muito relevante no desenvolvimento do continente africano.

A África é um continente de oportunidades que se

descortinam na medida em que as suas democracias se tornam mais fortes e que suas economias demonstram resiliência aos choques que afetam a economia mundial. No entanto, os desafios relacionados à estabilização de um quadro político — institucional, à falta de infraestrutura, sistemas financeiros incipientes e à vulnerabilidade a mudanças climáticas, representam caminhos que tanto o governo brasileiro, quanto o empresariado do nosso país tem explorado de forma responsável e consistente.

De acordo com relatório da Unctad — “Economic Development in África 2010”, a cooperação Sul-Sul é atrativa para os países africanos, porque ela representou uma alternativa aos recebimentos de ajuda financeira externa e tem uma dimensão mais ampla, tendo dado maior poder de barganha em negociações internacionais, como aquelas ligadas ao comércio internacional e a mudanças climáticas.

⁹ Fonte: Relatório FMI de 2013.

¹⁰ Relatório KPMG XIII edição 2011.s *Ranking* das 100 maiores empresas.

¹¹ Relatório *FMI Country Report* nº 13/200 de julho 2013.

¹² *African Financial Systems: a Review*, 2011.

O foco na cooperação Sul-Sul tem permitido a construção de grupos informais entre os países emergentes que deverão contribuir na promoção de mudanças nas instituições formais. O fato é que o Brasil ajudou a África a forjar um modelo de relações Sul-Sul.

O Brasil, através de uma detalhada Agenda de Cooperação Internacional na África Subsaariana 2000-2011,¹³ tem dado apoio nas áreas de medicina tropical, agricultura, proteção social, energia e treinamento profissional através de entidades como a Embrapa — que desde 2006 tem escritório no Gana, como o Senai, que tem cinco centros de treinamento profissional na África Subsaariana (Angola, Cabo Verde, Moçambique, Guiné-Bissau e São Tomé e Príncipe), como a Fundação Oswaldo Cruz — que em parceria com o Governo de Moçambique está construindo uma fábrica para produção de remédios genéricos para tratamento de AIDS e outras doenças e um centro de tratamento de anemia em construção no Gana e que deverá servir de referência a outros países da região como Benim, Burkina Fasso e Nigéria.

No setor de energia, a Petrobrás é a ponta de lança nos esforços de cooperação para produção de petróleo e bicompostíveis com operações em Angola, Benim, Gabão, Nigéria, Namíbia e Tanzânia; esforço esse também complementado por

investimentos do setor privado como os da Odebrecht (Biocom) e da HRT.

Os programas de proteção social, como o “Bolsa Família” e o “Minha Casa, Minha Vida” também levaram a Caixa Econômica Federal a colaborar na transferência de experiência e mecanismos utilizados, assim como os esforços para cooperação em educação e esportes que envolvem atividades privadas e públicas brasileiras.

Em suma, dois tipos de empresas brasileiras operam na África: as grandes empresas, que estão presentes desde 1980, e as médias e pequenas empresas que mais recentemente têm sido atraídas pelas oportunidades do continente, em grande parte oriundas da cadeia de fornecedores das grandes empresas brasileiras que já lá estão.

Os desafios empresariais envolvem dificuldades logísticas e de telecomunicações, burocracia e falta de transparência.

No entanto, as ligações históricas e afinidades com a África diferenciam o Brasil de outros BRICS, em particular da China e da Rússia. Brasil e África partilham de um passado colonial e de grandes desafios como pobreza rural, cidades que crescem sem planejamento, condições climáticas comuns

e concentração da economia na exploração de recursos naturais, além das questões de infraestrutura, reforma agrária, justiça e distribuição de renda.

A experiência que o Brasil tem adquirido na sua trajetória para se tornar um país mais próspero e desenvolvido, é diferente daquela da Europa, dos Estados Unidos ou mesmo da China.

A experiência brasileira pode ser replicada e o Brasil está disposto a compartilhá-la dentro de um contexto de respeito mútuo e respeito à soberania de cada país. O Brasil se posicionou como parceiro e não apenas como doador.

Os números crescentes de investimento, comércio e de empresas brasileiras atuando na África indicam um ciclo virtuoso da ação do governo e do setor privado brasileiros. ■

¹³ *Bridging the Atlantic: Brazil and Sub-Saharan Africa South-South Partnering for Growth. The World Bank/IPEA. 2012. páginas 48 e 49.*